

ATENÇÃO E DEMONSTRATIVOS: UMA RÉPLICA AO CONCEITUALISMO¹

José Renato Salatiel (UFES)²

jrsalatiel@hotmail.com

Resumo: Objetiva-se no presente artigo criticar a estratégia demonstrativa dos filósofos conceitualistas da percepção, McDowell e Brewer, em resposta ao argumento da granulação fina do conteúdo da experiência. A análise baseia-se em estudos sobre o papel da atenção seletiva e dos conceitos demonstrativos na percepção visual. Levine (2010) e Pylyshyn (2003, 2007) argumentam que um sistema visual primário provê uma referência direta e rastreia objetos em um período de tempo. É fundamental que tal mecanismo seja cognitivamente opaco, e assim, não apele a conceitos de forma alguma. Se esta teoria estiver correta, então os conceitualistas falham ao responder ao argumento da granulação fina.

Palavras-chave: Percepção; Atenção; Conceitos demonstrativos; Conceitualismo; Justificação epistêmica.

INTRODUÇÃO

O papel epistêmico da experiência perceptiva é central na teoria da justificação, cujo debate recebeu novos elementos conceituais e abordagem teórica com as propostas conceitualistas dos filósofos John McDowell e Bill Brewer. Neste artigo abordaremos, em específico, a função do mecanismo de atenção seletiva na formação de conceitos demonstrativos, considerados parte essencial de uma estratégia do conceitualismo para responder ao argumento da granulação fina da experiência.

A hipótese defendida é a de que, ao mecanismo de

¹ Recebido: 09-04-2018/ Aceito: 31-03-2019 / Publicado: 15-08-2019.

² José Renato Salatiel é Professor Adjunto na Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

atenção seletiva precede um sistema primário de indexação que é cognitivamente opaco ao sujeito. Portanto, constitui um conteúdo não-conceitualizado da experiência. Se essa hipótese se sustenta, então a tese do conceitualismo deve estar equivocada em suas linhas gerais.

Parece-nos particularmente interessante, para além de discutir os méritos da tese conceitualista (visto haverem alternativas consistentes hoje), tratar questões correlatas a aspectos semânticos da linguagem, conhecimento e empirismo. O conceito de atenção, em especial, entendido como mecanismo cognitivo de seleção de aspectos da realidade, recentemente tem recebido atenção de filósofos no âmbito de discussões sobre justificação, percepção e conteúdo.

Para cumprir tal propósito, o artigo estrutura-se do seguinte modo: no primeiro capítulo definimos a tese conceitualista da percepção, em oposição à visão não-conceitualista, no contexto da justificação de crenças empíricas. No segundo, apresentamos o chamado argumento da granulação fina do conteúdo da experiência, para em seguida (terceiro capítulo) expormos o contra-argumento, baseado na teoria dos conceitos demonstrativos – a chamada estratégia demonstrativa; para isso, empregaremos como referencial a teoria dos demonstrativos de Kaplan.

Por fim, tendo examinado os conceitos e teorias envolvidos na discussão, elaboramos nossa hipótese no quarto capítulo, fundamentados nos trabalhos de Joseph Levine (2010) e Zenon Pylyshyn (2003, 2007).

Concluimos que, dadas as fortes evidências de um sistema perceptivo visual primitivo, responsável pela indexação de objetos na experiência, a estratégia demonstrativa dos teóricos conceitualistas é ineficaz para responder ao argumento da granulação fina da experiência. Isso não deveria, porém, constituir uma posição cética em relação à relevância

epistêmica da percepção.

1. CONCEITUALISMO

A tese conceitualista da percepção, conforme defendida, notoriamente, por John McDowell (1996) e Bill Brewer (1999) sustenta duas teses complementares: (i) que o conteúdo representacional da experiência perceptiva é, ele todo, conceitualizado; e (ii) que esse mesmo conteúdo representacional pode ser exercitado conceitualmente.

Por conteúdo da experiência entendemos um determinado estado mental do sujeito resultante de um processo de representação da realidade externa. É plausível supor que tal conteúdo seja estruturado proposicionalmente³ no caso de ele ser uma crença do tipo “S sabe que p”, no qual ‘S’ é o sujeito e ‘p’, uma proposição qualquer. Mas, no caso da percepção de um objeto que é independente da mente (*mind-independent*), é razoável entender esse mesmo conteúdo como não sendo conceitual, pois mesmo criaturas que não dominam uma linguagem discursiva são sensíveis a estímulos externos envolvidos no mecanismo perceptivo.

Contudo, esta tensão entre conteúdo conceitual e não-conceitual gera um problema epistemológico: como justificar crenças empíricas sem o respaldo da experiência? A questão é que, para que a crença endosse o conteúdo advindo da percepção e, assim, legitime-o como um conhecimento do tipo

³ Adota-se uma concepção fregeana de proposição como *sentido* (*Sinn*) ou *modo de apresentação* de um objeto. A vantagem, aqui, é que a estrutura proposicional fregeana é mais “finamente granulada” que uma concepção russelliana, por exemplo, pois duas sentenças com termos distintos ou sinônimos, mas com o mesmo *referente* (*Bedeutung*), podem expressar diferentes sentidos ou valores cognitivos. Observa-se, entretanto, que no presente debate não há consenso a respeito do tipo de proposição envolvida no conteúdo da experiência, ou sequer se esse conteúdo seria proposicional. Peacocke (1992) propõem que tal conteúdo seria melhor entendido como *cenário* (*scenario content*): um conjunto de propriedades localizadas espacialmente na percepção. A esse respeito, cf. SCHMIDT, 2015, cap. 2.

Cont.

proposicional, é preciso que a experiência de perceber um objeto seja da mesma natureza fenomênica que o conteúdo doxástico (cf. SELLARS, 1991⁴). Ou seja, a experiência perceptual de que vejo uma <cadeira azul> deve possuir o mesmo tipo de conteúdo da crença de que “Sei que vejo uma ‘cadeira azul’”, de outro modo não haveria como endossar e, conseqüentemente, justificar uma crença empírica – “A cadeira é azul” – com base na experiência⁵.

Neste sentido, o que é percebido por um sujeito ‘S’ já deve ser percebido como um conteúdo articulado conceitualmente. Assim, quando ‘S’ percebe que um objeto ‘Φ’ possui a propriedade ‘x’, esse estado perceptivo já deve ser dado na forma de um conceito de passível de ser exercitado conceitualmente, de modo que a crença de ‘S’ de que “Φ é x” possa ser autenticada pela experiência⁶.

A tese conceitualista “forte” (TC)⁷, portanto, afirma que toda a experiência, qualquer que seja seu conteúdo, é *necessariamente* conceitual. Ela pode ser assim formulada:

⁴ De outro modo, diz Sellars, alijada da estrutura conceitual adequada, a experiência exerceria apenas um papel *causal*, não adentrando aquilo que o filósofo chamou de “espaço lógico das razões” (1956 § 36), que envolve o endosso de um juízo empírico por parte do sujeito. Para que a percepção possa servir de fundamento às crenças, portanto, elas devem ser entendidas não como entregas de algo externo ao domínio conceitual, mas, ao contrário, já completamente conceitualizadas. Daí a tese defendida, originalmente, por McDowell (1994).

⁵ Na discussão apresentada tanto teóricos conceitualistas quanto não-conceitualistas tratam de uma epistemologia *normativa* e *internalista* e de um tipo de justificação epistêmica mais próxima da *fundacionalista*. Abordagens diversas em epistemologia, *naturalistas*, *externalistas* ou *coerentistas*, tenderiam a dirimir o problema aqui tratado, na medida em que a percepção se restringiria ao seu papel meramente causal sobre o conhecimento.

⁶ Do contrário, seria sedutora a solução de Davidson (1986), para quem a percepção tem um papel meramente *causal*, sendo a justificação matéria de *coerência interna* ao sistema de crenças.

⁷ Há variações “fracas” e intermediárias entre conceitualismo e não-conceitualismo. Note-se que John McDowell reviu sua teoria e, em escritos mais recentes (McDOWELL, 1998, 2008, 2009), defende uma posição mais moderada: o conteúdo perceptivo seria *intuitivo*, não proposicional, mas teria, como característica, a capacidade de ser articulado conceitualmente. “Um potencial para a atividade discursiva já está presente em um conteúdo intuitivo” (2008: p. 8). Já Brewer, recentemente (2011 e 2017), mudou a abordagem do que ele chama de uma “perspectiva conteudística” (*Content view*) para uma “perspectiva objetual” (*Object view*), abandonando, ao que nos parece, sua teoria conceitualista (cf. também BREWER, 2006).

(TC) O sujeito não pode experienciar objetos e suas propriedades a menos que: (i) possua previamente os conceitos para tanto; e (ii) seja capaz de exercitar tais conceitos.

Deste modo, para um sujeito representar o conteúdo de uma experiência, um objeto, suas propriedades e relações, ele deve, necessariamente, possuir os conceitos de tal objeto, de suas propriedades e de suas relações. E deve, ainda, necessariamente, ser capaz de usar, ou seja, articular discursivamente esse conteúdo em uma “moldura” proposicional – segundo McDowell (1996), a experiência perceptual ativaria (ou atualizaria) capacidades conceituais no sujeito. Somente assim pode haver uma legitimação epistêmica de uma crença empírica.

Já a tese do não-conceitualismo é contraditória à conceitualista. Ela afirma que há certos aspectos do conteúdo da experiência que são passíveis de uma descrição perceptual, mas que não podem ser caracterizados por uma representação conceitual. Diz, portanto, que não é necessário que todo conteúdo da experiência seja conceitual, no sentido relatado anteriormente.

Ambas as propostas teóricas suscitaram um debate na epistemologia contemporânea, opondo as teses conceitualistas de McDowell e Brewer (para citar apenas os seus defensores mais célebres) às refutações de filósofos não-conceitualistas como Christopher Peacocke (1998) Richard Heck (2000) e Sean Kelly (2001a). Entre os diferentes argumentos arregimentados contra a tese conceitualista⁸, um dos

⁸ Pode-se questionar, por exemplo, porque o conteúdo perceptível não seria tão “plástico” quanto o conteúdo conceitual, na medida em que opõe resistência às nossas expectativas, sendo assim, de categoria metafísica diversa. Outro argumento, mais citado (inclusive em McDOWELL, 1996), lembra que animais e crianças em estágio pré-linguístico possuem a habilidade natural de perceber, ainda que destituídos de capacidades conceituais. Para uma exposição geral e análise da contra-argumentação dos teóricos não-conceitualistas, cf. SCHMIDT, 2015 e EL KASSAR, 2015.

primeiros e ainda mais contundentes é o que apresentamos a seguir.

2. ARGUMENTO DA GRANULAÇÃO FINA DO CONTEÚDO DA EXPERIÊNCIA

Entre os argumentos contrários ao conceitualismo, o chamado Argumento na Granulação Fina do conteúdo da experiência (doravante, AGF), primeiro esboçado por Evans (1982, p. 229), é de relevância consensual. Segundo esse argumento, a experiência é mais “finamente granulada” do que aquilo que os conceitos podem capturar em uma rede discursiva.

Um sujeito ‘S’ é capaz de perceber, por exemplo, mais tons cromáticos de cinza em uma escala que contenha, digamos, as tonalidades T^1 , T^2 , T^3 e etc., em uma paleta de cores, do que é capaz de representar por meio de conceitos como “cinza escuro”, “prata”, “grafite” e etc.

Da mesma forma, é capaz de perceber mais diferentes tonalidades de som do que é capaz de identificar corretamente, mesmo sendo um especialista na área. O AGF sustenta uma tese não-conceitualista que pode ser apresentada da seguinte forma:

(1) Dada uma experiência ‘e’, o sujeito ‘S’ possui um conteúdo representacional de duas propriedades distintas, digamos P^1 e P^2 , que ele é capaz de discriminar perceptualmente.

(2) O sujeito ‘S’ não possui conceitos distintos C^1 e C^2 para representar as propriedades distintas P^1 e P^2 .

(3) Portanto, o sujeito ‘S’ possui um conteúdo representacional da experiência ‘e’, mesmo sem que possua o conceito e nem seja capaz de exercitá-lo na distinção das propriedades P^1 e P^2 .

A conclusão (3) é contraditória com a tese conceitualista (TC), que sustenta que o sujeito não pode ter a experiência objetos e suas propriedades a menos que: (i) possua previamente os conceitos para tanto; e (ii) seja capaz de exercitar tais conceitos. Dessa forma, é um argumento favorável à tese não-conceitualista, que afirma ser possível haver diferenças a respeito das quais um sujeito é capaz de discriminar e, entretanto, não podem ser caracterizadas em conceitos diversos. Colocando essas duas proposições em termos de modalidades, temos:

(TC) (Necessariamente) As diferenças entre conteúdos da experiência devem ser acompanhadas por conceitos diferentes.

(AGF) É possível que a diferença entre conteúdos da experiência não seja acompanhada de conceitos diferentes.

O AGF, portanto, é um argumento favorável à tese não-conceitualista, que é contraditória à tese conceitualista, além de ser, ao nosso ver, muito intuitivo: percebo claramente as diferentes tonalidades em uma parede branca, em regiões mais escuras ou mais claras, sem que possa representá-las conceitualmente. A resposta a esse argumento, que discutiremos na sequência, é conhecida como estratégia demonstrativa.

3. A ESTRATÉGIA DEMONSTRATIVA

O ponto é que, no AGF acima exposto, a segunda premissa (“É possível que a diferença entre conteúdos da experiência não seja acompanhada de conceitos diferentes”) não leva em conta a possibilidade de o sujeito ‘S’ usar *conceitos demonstrativos* para representar objetos e propriedades distintas

presentes na experiência. Assim, mesmo não tendo os conceitos adequados para distinguir duas “granulações finas” de um certo tom de cinza, o sujeito pode usar expressões indexicais como “Este tom de cinza” ou “Aquele tom de cinza”.

Essa é a chamada estratégia demonstrativa, empregada por McDowell (1996, pp. 56-57) e, posteriormente, desenvolvida por Brewer (1999, pp. 170-174), para responder ao AGF. Dessa forma, rejeitando-se a segunda premissa, a conclusão do argumento torna-se consistente com a tese conceitualista.

É suficiente, portanto, para os conceitualistas responderem ao AGF, que o conteúdo representacional da experiência esteja disposto e possa ser usado em conceitos demonstrativos. Expressões demonstrativas são expressões linguísticas indexicais que se caracterizam por serem sensíveis ao contexto. O enunciado “Aquele tom de cinza”, por exemplo, difere conforme o contexto em que a expressão “aquele” é empregado na sentença.

Kaplan (1989) faz uma distinção entre indexicais, tais como “eu”, “aqui” e “agora”, e demonstrativos (por exemplo, “este”, “aquele”, “ela”)⁹. Ambos os tipos de expressões possuem conteúdo variante de acordo com o contexto, mas aquelas do segundo tipo requerem uma *demonstração* para obterem seu valor semântico. Essa demonstração é um elemento extralinguístico, como o gesto de *apontar*, que deve acompanhar a locução do enunciado. No exemplo anterior, na expressão “Aquele tom de cinza”, o locutor deve apontar para um tom específico de cinza para identificar o referente e, assim, completar o conteúdo semântico da sentença.

Posteriormente, Kaplan (em “Afterthoughts”, 1989b)

⁹ Os conceitos usados por David Kaplan são indexicais puros (*pure indexicals*) e demonstrativos verdadeiros (*true demonstratives*). Ele apresenta sua influente teoria dos demonstrativos em “Demonstratives” (KAPLAN, 1989a, p. 490-491).

Cont.

afirma que não é o apontar, mas uma intenção direcionada (*directing intention*) que determina a referência¹⁰. Suponha que alguém em uma festa pergunte: “Você conhece *aquele* homem”, ao mesmo tempo em que aponta na direção errada. O que determina o referente do enunciado, neste exemplo, não será o apontar, mas a intenção do locutor, diz Kaplan, cujo apontar é a exteriorização.

Entende-se por *conceitos demonstrativos* os análogos mentais às expressões linguísticas demonstrativas. Assim, um conteúdo mental de <Aquele tom de cinza> é expresso no enunciado “Aquele tom de cinza”. Conceitos demonstrativos são, portanto, um determinado conteúdo representativo mental da experiência. Aqui, o mecanismo demonstrativo que deve acompanhar o pensamento, análogo ao gesto de apontar na locução indexical, é o *atentar para* um determinado objeto ou propriedade da experiência. Ao colocar o foco de *atenção* sobre um determinado tom de cinza, por exemplo, o sujeito exerceria a intenção direcionada que fixa a referência em um determinado contexto.

A estratégia demonstrativa consiste em oferecer uma resposta ao AGF sustentando as seguintes asserções: (i) conceitos demonstrativos, da mesma forma que a percepção, são *sensíveis ao contexto*, e por isso podem representar o conteúdo da experiência; (ii) conceitos demonstrativos referem-se *diretamente* aos objetos (e suas propriedades) da experiência, cujo conteúdo pode ser, assim, *completamente* conceitualizado.

Esta estratégia demonstrativa, ainda que atraente para resolver o problema colocado pelo AGF, encontra sérias dificuldades (PEACOCKE, 1998, 2001a e 2001b; KELLY, 2001a e 2001b; HECK, 2000; DOKIC and PACHERIE,

¹⁰ O conceito de intensão direcionada é, posteriormente, elaborado por PERRY, 1993. Cont.

2001; CRANE, 2009)¹¹. A seguir, apresentaremos uma análise sobre uma discussão mais recente, que envolve o conceito de atenção.

4. A INSUFICIÊNCIA DA ESTRATÉGIA DEMONSTRATIVA: O PROBLEMA DA ATENÇÃO

A estratégia demonstrativa, apesar de seu apelo entre os filósofos conceitualistas, não parece ser uma resposta definitiva ao problema epistemológico de como a experiência pode oferecer razões para crenças empíricas. Um aspecto teórico particular envolve a função da atenção na constituição de pensamentos demonstrativos, já destacada por Evans (1982, pp. 174-175) e, posteriormente, elaborada por Campbell (1992)¹².

Um pensamento demonstrativo, cujo objeto (singular) intencional é acessado por uma via direta da percepção, parece estabelecer uma relação com a experiência intermediada por uma capacidade de selecionar visualmente objetos (ou propriedades). No exemplo anterior (cap. 2), da paleta de cores cinzas, somente após atentar uma determinada tonalidade da cor cinza, digamos P^7 , o sujeito pode ter um pensamento demonstrativo – <Este tom de cinza> – que

¹¹ Pode-se destacar duas principais linhas desse diálogo. Na primeira, a questão central diz respeito à granulação da experiência: ela seria “grossa” ou “fina”? Peacocke (1998) pontua, invertendo o problema colocado por McDowell (1994), que conceitos demonstrativos são muito finamente-granulados para capturar o conteúdo da experiência, uma vez que, para uma percepção visual ‘x’ (“Um retalho vermelho”), o sujeito pode ter diferentes conceitos demonstrativos (“Este tom de vermelho”, “Este formato de retalho”, “Este pedaço de pano”, etc.) (cf. réplica em KELLY, 2001a). Na segunda, a questão central diz respeito ao problema da capacidade de reconhecer o mesmo objeto ou propriedade em diferentes ocasiões usando o mesmo conceito (McDOWELL, 1994). Kelly (2001b) mostra que há casos em que o sujeito pode discriminar uma propriedade que ele, em outra ocasião, não é capaz de re-identificar com o mesmo conceito demonstrativo (cf. réplicas de BREWER, 2005 e CHUARD, 2006).

¹² O conceito de atenção tem recebido, recentemente, um tratamento filosófico que destaca sua relevância para diferentes áreas da Filosofia, entre elas a Epistemologia e as teorias da percepção. Para uma discussão de problemas relacionados aos demonstrativos, cf. MOLE *et al*, 2011.

possibilita ulteriores atitudes proposicionais.

Mas como o mecanismo psicológico de atenção se ajusta a um quadro conceitualista?

A temática, curiosamente, é ausente em *Mind and World*, de McDowell. Uma razão para isso seria o entendimento da atenção como uma atividade voluntária, enquanto, para o filósofo, é importante destacar a percepção como uma faculdade da receptividade:

[...] o controle sobre aquilo que acontece na experiência tem limites. Podemos decidir qual será nosso posto de observação, qual é o tipo de som que nossa atenção irá focalizar, e assim por diante, mas, feito tudo isso, já não depende de nós o tipo de experiência que iremos ter. É sobre este resíduo mínimo que estou insistindo. (McDOWELL, 1996, p. 10, n. 8; cf. ROESSLER, 2011).

Brewer, porém, vê nessa relação entre atenção reflexiva e percepção passiva uma mesma atividade de determinação do conteúdo demonstrativo da experiência, que é conceitualizado por expressões demonstrativas. Para Brewer, em *Perception and Reason* (1999), é em virtude de seu conteúdo conceitual demonstrativo que a experiência perceptual provê razões para crenças empíricas. Tal conteúdo é determinado por um mecanismo atencional-perceptivo que cumpre duas funções complementares: (i) possibilita uma “abertura epistêmica” ao estrato objetual (independente-da-mente) da realidade; e (ii) fornece os elementos conceituais para o raciocínio autocontrolado e normativo.

O mecanismo perceptual-atentivo de demonstração conceitual envolve, por sua vez, três níveis (apesar de não serem assim descritos pelo autor). Em um primeiro nível, a experiência perceptual (visual) localiza objetos (ou

propriedades¹³) espacialmente para o sujeito, em relação a ele, de um modo passivo e destituído de autocontrole: “[...] o conteúdo conceitual particular entregue por sua [do sujeito percebido] experiência perceptual é algo sobre o qual ele não tem nenhum controle.” (p. 185).

Em um segundo nível, a atenção seletiva permite que o sujeito “interrogue seu ambiente” através da percepção (p. 225 e 227), destacando objetos e propriedades visualizados espacialmente no ambiente. Isso permite identificá-los com expressões demonstrativas como “Isto é F”, que, por sua vez, estrutura um conteúdo representacional. Esse conteúdo, por sua vez, pode servir de premissa a inferências e, assim, prover o sujeito de razões para uma crença empírica.

Dessa forma, a fineza da granulação é capturada por conceitos demonstrativos perceptuais apropriados e a teoria dos demonstrativos vindica a doutrina conceitualista em sua problemática epistêmica.

Brewer admite que há um conjunto de informações disponíveis a partir do sistema de percepção visual que não chegam a ser conceitualizadas. Contudo, ele considera esse estágio anterior de processamento automático de informações como epistemicamente irrelevante: “[...] a noção central na compreensão da experiência perceptual é, portanto, a atenção seletiva de informações que são, deste modo, conceitualizadas em conteúdos perceptuais demonstrativos” (p. 240).

Creio que o ponto central da presente discussão é o seguinte. Para Brewer, um estágio perceptivo anterior à atenção não é epistemicamente relevante porque seu conteúdo não é referencializado por conceitos demonstrativos.

¹³ Não obstante tratarmos, neste trabalho, do conteúdo do pensamento demonstrativo como sendo tanto de objetos singulares quanto de propriedades abstratas (em diferentes níveis), este nos parece ser um ponto de divergência entre McDowell e Brewer: o primeiro trata da percepção de propriedades, o segundo, de ambos (BREWER, 1999, p. 203).

Entretanto, de acordo com modelos teóricos desenvolvidos nos trabalhos de Levine e Pylyshyn, estados mentais demonstrativos podem ocorrer em um nível pré-atencional da percepção, na discriminação de proto-objetos em um cenário visual. É a partir desse conteúdo não-conceitualizado que o sujeito pode, posteriormente, aplicar expressões linguísticas demonstrativas.

Joseph Levine (2010) sustenta que, apesar da relação semântica entre demonstrativos e referentes ser direta, o mecanismo mental (atenção) não opera diretamente sobre objetos externos, mas sobre outras representações mentais na percepção. O ato mental de atenção não se dirigiria, portanto, a objetos independentes-da-mente, mas para um conteúdo representativo-pré-atencional. Ele argumenta que experimentos recentes em psicologia mostram ser possível selecionar mais de um objeto para processamento mental (ver descrição do experimento abaixo). Por isso, deve haver um conteúdo perceptivo prévio sobre o qual a atenção opera. “A ideia é que o sistema visual entrega uma representação das superfícies, relações espaciais e objetos no campo visual do sujeito, e a atenção seleciona algum deles para processamento posterior [...]” (p. 181; cf. ROSKIES, 2010).

Essa argumentação baseia-se, em grande parte, nos trabalhos de Zenon Pylyshyn (2003, 2007), cuja teoria dos índices visuais/perceptuais – ou FINST¹⁴ – supõe que um número reduzido de objetos distais sejam individualizados (discriminados ou segregados no espaço e tempo) e rastreadas por *índices visuais*¹⁵ mediante uma operação primitiva pré-atentiva. A ideia básica, aqui, é que, para que demonstrativos

¹⁴ FINST é um acrônimo para instanciação tátil (*FIN*gers of *IN*stantiation), metáfora que remete a ideia de que essa rotulação funciona como “dedos” que tocam os objetos externos. Cf. PYLYSHYN, 2003, cap. 5; e 2007, cap. 1 e 2.

¹⁵ Pylyshyn pensa em índice, aqui, no sentido de algo de marca ou rotula objetos, mesmo antes de reconhecer suas propriedades (2003, p. 180).

perceptuais indiquem objetos singulares, e para que a atenção atue sobre esses mesmos objetos (e suas propriedades e relações), é preciso conceber um mecanismo prévio de individualização e rastreamento desses objetos em um cenário ou campo visual. A função de referência a individuais por meio de demonstrativos, portanto, requer o exercício de duas capacidades: (i) a capacidade de individualizar o objeto; e (ii) a capacidade de rastrear esse objeto individualizado como sendo o mesmo, ao longo de eventuais mudanças de aparência e localização. A tese conceitualista sustenta que essas capacidades envolvem conceitos, mas o mecanismo proposto, FINST, é não-conceitual.

Evans (1982, p. 175) já havia observado a relevância da capacidade de rastreamento de um objeto singular, mas Pylyshyn acrescenta dois elementos: (i) é possível rastrear mais de um objeto ao mesmo tempo; e (ii) tal atividade não se exerce sobre nenhum tipo de representação. O seguinte experimento psicológico de atenção é proposto para demonstrar esses pontos (PYLYSHYN, 2007, p. 34-35)¹⁶.

É pedido a um sujeito que acompanhe visualmente um conjunto limitado de alvos móveis, digamos, pequenos discos, em um ambiente no qual esses alvos não podem ser distinguidos de outros por suas propriedades (são, em aparência, iguais). Os objetos, tanto os alvos quanto os não-alvos – os “distradores” – movem-se randomicamente e, inclusive, podem mudar de forma e cor (propriedade). O experimento mostra que é possível selecionar um número pequeno desses objetos-alvo (entre quatro ou cinco) e rastreá-los em um período de tempo, em média dez segundos (ver ilustração).

¹⁶ Os experimentos referidos são conhecidos como Rastreamento Múltiplo de Objetos (*Multiple Object Tracking*, MOT), técnica desenvolvida no final dos anos 80 para mostrar como o sistema visual-atencional consegue rastrear vários objetos em movimento aleatório, em um cenário contendo outros objetos idênticos e de movimento independente.

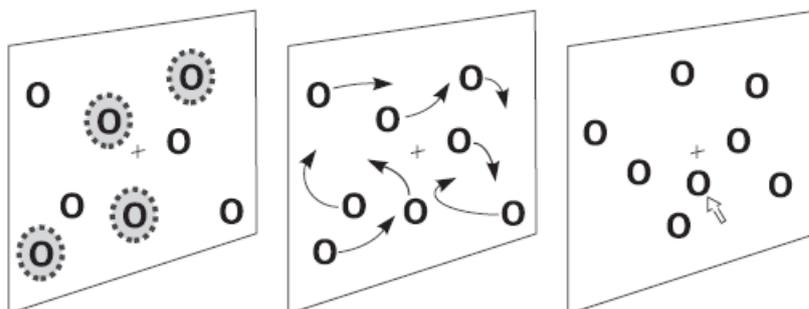


Figura 1: Exemplo do experimento de Rastreamento Múltiplo de Objeto (MOT em inglês). Os objetos do quadrado da esquerda envoltos em círculos pontilhados piscam antes de se moverem de modo aleatório (quadro central); o observador então é capaz de identificá-los com o cursor do mouse (quadro da direita) (PYLYSHYN, 2007, p. 35).

Esse processo descrito, diz o autor, é um contato primitivo, causal, informacional e pré-cognitivo que a mente estabelece com o mundo, via sistema visual primário (*early visual system*) e por referência direta. Há dois elementos importantes a respeito dos quais esse modelo difere do de Brewer-McDowell: (i) é um mecanismo primitivo, causal e pré-cognitivo da percepção que antecede o foco atencional¹⁷; e (ii) não há uma seleção de propriedades ou qualquer categoria conceitual no FINST que permita *conhecer* os objetos apontados: o seu conteúdo, portanto, é inteiramente não-conceitual (2007, p. 94-95)¹⁸.

E quanto ao AFG? A tese dos FINTS postula uma base não-conceitual de individualização e reidentificação de

¹⁷ Neste sentido, contrasta com a doutrina defendida por Campbell (2002), para quem a demonstração resulta de um processo de atenção focal consciente. A ideia de Campbell é que, sem estarmos conscientes, não há como saber o que estamos nos referindo na percepção.

¹⁸ Os trabalhos em psicologia experimental de Pylyshyn são ratificados por Athanassios Raftopoulos (2009, 2015), baseado em pesquisas em neurociência – notadamente, em resultados de experimentos obtidos por técnicas PET (*Positron-emission Tomography*) e EPR (*Electron Paramagnetic Resonance*) de exame de atividades cerebrais – que comprovariam o estágio visual pré-atentivo cujo conteúdo é não-conceitual. Raftopoulos defende a tese de que a percepção é, no estágio em discussão, cognitivamente impenetrável (ou cognitivamente encapsulada), contraditória, portanto, à tese conceitualista.

Cont.

objetos na percepção que antecede o processo cognitivo. Mas Pylyshyn duvida que haja “representações não-conceituais ricas do tipo postulado pela maioria dos filósofos que falam de representação não-conceitual” (2007, p. 207), pois tudo que é demonstrado referencialmente é um número reduzido de objetos¹⁹. Para Levine, contudo, o modelo é suficiente para desmobilizar a estratégia demonstrativa de McDowell e Brewer, que pressupõe que, anterior à demonstração-atentiva, não há nenhum conteúdo da experiência, enquanto que, no modelo dos índices visuais, o foco atencional-perceptivo é direcionado para certos aspectos do conteúdo representacional não-conceitual.

Levine argumenta que:

Quando você vê uma cor e pensa “aquela cor”, o ver é anterior ao demonstrar, ou então você realmente não sabe o que você está demonstrando [...]. Mas se o ver, a experiência perceptual, é anterior ao demonstrar, então o demonstrar não pode ser o que captura, o que traz à existência, o conteúdo daquela experiência. (2010, p. 191).

É uma posição que contrasta, por exemplo, com o que diz McDowell: “O sujeito deve estar equipado com coisas como o conceito das superfícies visíveis dos objetos, e o conceito das condições adequadas para se dizer, olhando para uma coisa, qual é a cor dela” (1996, p. 30). Segundo o que foi apresentado, há um mecanismo primário não-conceitual operando no processo de percepção visual que apresenta uma séria objeção à tese conceitualista.

¹⁹ O autor sugere que o repertório de informação da experiência perceptual possa ainda formar um tipo de *conceitos subpessoais* (*Ibidem*, p. 207) que possuem características de conceitos e podem ser usados em um tipo de raciocínio inconsciente. Reservaremos para uma pesquisa futura o desenvolvimento desta hipótese.

5. CONCLUSÕES

O debate entre conceitualistas e não-conceitualistas (não descartando posições intermediárias) é complexo e envolve diferentes dimensões filosóficas, sejam fenomenológicas, epistemológicas, semânticas ou metafísicas. Buscamos neste artigo apontar que o emprego de demonstrativos, tidos como a melhor estratégia dos conceitualistas para o tratamento do argumento da granulação fina, possui ainda pontos que requerem maior elaboração teórica, em especial o papel da atenção.

A chamada tese conceitualista “forte”, apresentada no primeiro capítulo, postula que toda experiência perceptual é cognitivamente acessível pelo sujeito mediante o exercício de capacidades conceituais. Somente assim a percepção poderia justificar crenças empíricas.

Uma resposta, de apelo intuitivo, diz que o sujeito pode perceber mais elementos na percepção do que ele pode, competentemente, representar em conceitos. De acordo com esse argumento (capítulo 2), é possível que haja um conteúdo representacional da experiência mesmo na ausência de uma estrutura conceitual adequada para tanto.

A réplica a ele consiste naquilo que chamamos de estratégia demonstrativa (capítulo 3). O uso de conceitos demonstrativos como “este” e “aquele” seria suficiente para representar o conteúdo da experiência. Destacamos que esse mecanismo de demonstração depende, em parte, de um processo de atenção que seleciona objetos na experiência perceptiva para fins de referência.

Por fim, no capítulo 4, argumentamos que experimentos recentes envolvendo atividade de atenção sugerem que a demonstração conceitual requer um estágio anterior de individualização e rastreamento de objetos no meio

ambiente. Esse sistema visual primário formaria um conteúdo não-conceitual, cuja função seria compor um repositório de informações para processamento posterior em atividades cognitivas e conceituais.

Concluimos que a estratégia demonstrativa é insuficiente para responder ao argumento da granulação fina, que se mantém como réplica consistente à tese conceitualista da percepção. Por outro lado, sugerimos que o estudo da conexão entre demonstração perceptual e o mecanismo de atenção seletiva, amparado por pesquisas em áreas relacionadas às ciências cognitivas, pode oferecer alternativas válidas para o problema da justificação epistêmica do conhecimento empírico.

Abstract: The aim of this article is to criticize the demonstrative strategy of the philosophers McDowell and Brewer, who hold the conceptualist view of perceptual content. This is a standard strategy used against the argument from fineness of grain of experience. The current analysis is based on studies about the role of selective attention and demonstrative concepts in visual perception. Levine (2010) and Pylyshyn (2003, 2007) both argue that an early visual system enables direct reference to objects for keeping track of them over time. It is important that such a mechanism is cognitively opaque, therefore, it must not appeal to any concepts. If this theory is sound, then the conceptualists fail to answer the fineness of grain's argument.

Keywords: Perception; Attention; Demonstrative concepts; Conceptualism; Epistemic justification.

REFERÊNCIAS

BREWER, B. *Perception and reason*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. Perceptual experience has conceptual content. In: STEUP, M. & SOSA, E. (org.). *Contemporary Debates in*

Epistemology. Malden, MA: Blackwell, 2005. pp. 2017-230.

_____. Perception and content. *European Journal of Philosophy*, vol. 14, n. 2, pp. 165-181, 2006.

_____. *Perception and its objects*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

_____. The object view of perception. *Topoi*, vol. 36, n. 2, pp. 2015-227, 2017.

CAMPBELL, John. *Reference and consciousness*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

CHUARD, P. Demonstratives concepts without re-identification. *Philosophical Studies: An International Journal in the Analytic Tradition*, vol. 130, n. 2, pp. 153–201, Aug. 2006.

CRANE, T. Is perception a propositional attitude? *Philosophical Quarterly*, vol. 59, n. 236, pp. 452–69, 2009.

DAVIDSON, D. A coherence theory of truth and knowledge, In: *Truth and interpretation: Perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. LePORE, Ernest (ed.). Oxford: Basil Blackwell, 1986, p. 307-319.

DOKIC, J; PACHERIE, E. Shades and concepts. *Analysis*, n. 61, pp. 193–202, 2001.

EL KASSAR, N. *Towards a theory of epistemically significant perception: how we relate to the world*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2015.

EVANS, G. *The varieties of reference*. Oxford: Oxford

University Press, 1982.

HECK Jr., R. G. Nonconceptual content and the “space of reasons”. *The Philosophical Review*, vol. 109. n. 4, p. 483-523, Oct. 2000.

KAPLAN, D. Demonstratives: an essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of demonstratives and other indexicals. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John and WETTSTEIN, Howard (eds.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989, pp. 481–564.

_____. Afterthoughts. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John and WETTSTEIN, Howard (eds.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989, pp. 565–614.

KELLY, S. The non-conceptual content of perceptual experience: situation dependence and fineness of grain. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LXII, n. 3, May 2001a.

_____. Demonstrative concepts and experience. *The Philosophical Review*, vol. 110, n. 3, pp. 397–420, Jul. 2001b.

LEVINE, J. Demonstrative thought. *Mind & Language*, vol. 25, n. 2, pp. 169–195, April 2010.

McDOWELL, J. *Mind and world*. Cambridge: Harvard University Press, 1996. [Trad. port.: *Mente e mundo*. João Vergílio Gallerani Cuter (trad.). Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.]

_____. Reply to Peacocke on Mind and world. *Philosophy and Phenomenological Research*, 58, p. 414-19, 1998.

_____. Avoiding the myth of given. In: LINDGAARD, Jakob (ed.). *John McDowell: Experience, Norm, and Nature*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2008, pp. 1-14.

_____. Conceptual capacities in perception. In: _____ (ed.). *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009, pp. 127-144.

_____. *Having the world in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

MOLE, C; SMITHIES, Declan; and WU, Wayne (Eds.). *Attention: Philosophical and Psychological essays*. New York: Oxford University Press, 2011.

PEACOCKE, C. *A study of concepts*. Cambridge, MA: MIT, 1992.

_____. Nonconceptual content defended (Comment on McDowell's 'Mind and World'). *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 58, n. 2, p. 381-388, 1998.

_____. Does perception have a nonconceptual content? *Journal of Philosophy*, vol. 98, n. 5, pp. 239-64, May 2001a.

_____. Phenomenology and nonconceptual content. *Philosophy and Phenomenological Research*, n. 62, pp. 609-617, May 2001b.

PERRY, J. *The problems of the essential indexical and other essays*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.

PYLYSHYN, Z. *Seeing and visualizing: it's not what you think*. Cambridge, MA: MIT Press/ Bradford Book, 2003.

_____. *Things and Places: how the mind connects with the world*. Cambridge, MA: MIT Press/ Bradford Book, 2007.

RAFTOPOULOS, A. *Cognition and perception*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2009.

RAFTOPOULOS, A; ZEIMBEKIS, John. *The cognitive penetrability of perception: new philosophical perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ROESSLER, J. Perceptual attention and the Space of Reasons. In: MOLE, Christopher; SMITHIES, Declan; and WU, Wayne (Eds.). *Attention: Philosophical and Psychological Essays*. New York: Oxford University Press, 2011. pp. 274-291.

ROSKIES, A. 'That' response doesn't work: against a demonstrative defense of conceptualism. *Noûs*, 44: 1, pp. 112-134, 2010.

SELLARS, W. Empiricism and the Philosophy of Mind (1956). In: *Science, perception and reality*. Atascadero, CA: Ridgeview Publishing Company, 1991.

SCHMIDT, E. *Modest nonconceptualism: Epistemology, Phenomenology, and content*. New York/ Dordrecht/London: Springer, 2015.